

PRS AEROPORTOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

PRS AEROPORTOS S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
PRS Aeroportos S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da PRS Aeroportos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PRS Aeroportos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC Full), convergentes às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

# PRS AEROPORTOS S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	12/2025	12/2024		Notas	12/2025	12/2024
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	99.029	21.106	Fornecedores	12	4.861	1.742
Contas a receber	5	14.825	27.586	Obrigações trabalhistas	13	3.869	3.166
Despesas antecipadas	6	620	848	Obrigações tributárias	14	7.008	8.881
Impostos a recuperar	7	282	1.835	Outras contas a pagar		122	-
Adiantamento a terceiros		-	121	Adiantamento de clientes		-	1
Outras contas a receber	8	934	566	Outras contas a pagar		-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>115.691</b>	<b>52.062</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>15.860</b>	<b>13.790</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Despesas antecipadas	6	161	284	Debêntures	15	171.893	-
Partes relacionadas	9	-	301	Dividendos a pagar	16	22.577	10.868
Imobilizado	10	2.884	2.206	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>194.470</b>	<b>10.868</b>
Intangível	11	450.754	285.836	<b>Patrimônio líquido</b>			
Impostos a recuperar LP		-	-	Capital social	16	291.300	283.300
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>453.799</b>	<b>288.627</b>	Reserva legal	16	4.522	1.667
				Reservas de lucros e lucros/prejuízos acumulados		63.337	31.064
<b>Total do ativo</b>		<b>569.489</b>	<b>340.689</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>359.159</b>	<b>316.031</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>569.489</b>	<b>340.689</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# PRS AEROPORTOS S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Receita líquida	17	126.613	109.827
Custo dos serviços prestados	18	(31.922)	(32.596)
Lucro bruto		94.691	77.231
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	18	(22.447)	(15.571)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		72.244	61.660
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	16.764	1.003
Despesas financeiras	19	(19.082)	(1.858)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		69.926	60.805
Imposto de Renda e Contribuição Social	20	(24.399)	(19.738)
Receita com créditos tributários	20	1.310	-
Lucro líquido do exercício		46.837	41.067

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# PRS AEROPORTOS S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

---

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	46.837	41.067
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>46.837</u>	<u>41.067</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# PRS AEROPORTOS S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital social			Reserva de Lucros		Total
	Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Lucros não destinados aguardando deliberação	Lucro/(prejuízo) acumulado	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	354.401	(71.100)	127	1.804	-	285.232
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	41.066	41.066
Constituição da reserva legal	-	-	1.540	-	(1.540)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(10.267)	(10.267)
Destinação dos lucros acumulados	-	-	-	35.933	(35.933)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	354.401	(71.100)	1.667	37.737	(6.674)	316.031
Aumento de capital	-	8.000	-	-	-	8.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	46.837	46.837
Constituição da reserva legal	-	-	2.855	-	(2.855)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(11.709)	(11.709)
Destinação dos lucros acumulados	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (i)	354.401	(63.100)	4.522	37.737	25.599	359.159

(i) No Balanço Patrimonial a linha de reservas de lucros e lucros/prejuízos acumulados corresponde, na DMPL, à soma das colunas 'Lucros não destinados aguardando deliberação' + 'Lucro (prejuízo) acumulado'.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# PRS AEROPORTOS S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	46.837	41.067
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciações	508	216
Amortização direito de outorga	6.858	6.185
Juros de debêntures	17.474	-
	<u>71.677</u>	<u>47.468</u>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>		
<b>Diminuição/(aumento) dos ativos operacionais</b>		
Contas a receber	12.760	(13.458)
Despesas antecipadas	351	(255)
Adiantamento de terceiros	(93)	(67)
Impostos a recuperar	1.553	(1.632)
Outras contas a receber	(154)	(566)
<b>Aumento/(diminuição) dos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	3.119	(1.344)
Obrigações trabalhistas	704	1.108
Obrigações tributárias	(1.873)	7.360
Adiantamento de clientes	121	(20)
	<u>88.164</u>	<u>38.594</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	(1.181)	(2.248)
Aquisição de intangível	(171.779)	(17.393)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(172.960)</u>	<u>(19.641)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital social	8.000	-
Empréstimos a partes relacionadas	301	20
Captação via Debêntures	170.000	-
Custo de captação debêntures	(15.581)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	<u>162.719</u>	<u>20</u>
	<u>77.923</u>	<u>18.973</u>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.106	2.133
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	99.029	21.106
	<u>77.923</u>	<u>18.973</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A PRS Aeroportos S.A. (“Companhia”) é uma investida e controlada direta da PAX Investimentos em Aeroportos S.A. A PRS Aeroportos S.A. Foi constituída em 18 de outubro de 2022, com a única e exclusiva finalidade de realizar a prestação dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos Complexos Aeroportuários integrantes do Bloco Aviação Geral, propriamente o Aeroporto Campo de Marte - São Paulo/SP (SBMT) e Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho - Rio de Janeiro/RJ (SBJR), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a PRS Aeroportos S.A (“Contrato de Concessão”), em virtude do êxito no processo licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Leilão no 01/2022 (“Edital do Leilão”).

### Aeroporto Campo de Marte

O Aeroporto Campo de Marte está localizado na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. Ele é conhecido como um aeroporto voltado para a aviação geral e executiva. Atualmente é utilizado principalmente para operações de táxi aéreo, escolas de aviação, aviação executiva e serviços de helicóptero e como base de apoio da Polícia Militar e seus helicópteros Águia.

O Campo de Marte possui uma pista asfaltada com 1.600 metros de comprimento, que permite a operação de aeronaves de pequeno e médio porte. Também possui um terminal de passageiros para atendimento aos voos executivos. Além disso, o aeroporto conta com uma série de serviços e facilidades para aviação, como hangares, abastecimento de combustível, oficinas de manutenção e serviços de apoio.

### Aeroporto de Jacarepaguá

O Aeroporto de Jacarepaguá está localizado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Jacarepaguá. Também é conhecido como Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho, em homenagem ao empresário brasileiro Roberto Marinho. Assim como o Campo de Marte, é um aeroporto voltado para a aviação geral e executiva, com alta movimentação de operação offshore.

O aeroporto possui uma pista asfaltada com 900 metros de comprimento e é adequado para a operação de aeronaves de pequeno e médio porte. Além disso, conta com um terminal de passageiros e diversos serviços para aviação, como hangares, abastecimento de combustível, serviços de manutenção e apoio em solo.

## Contrato de concessão

### Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- Fase I-A - Transferência das operações dos Aeroportos sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída, com transição operacional do Aeroporto de Campo de Marte no dia 15 de agosto de 2023, e do Aeroporto de Jacarepaguá no dia 1o de setembro de 2023);
- Fase I-B - Ampliação e adequação dos Aeroportos pela Concessionária para atendimento às especificações mínimas de infraestrutura aeroportuária e recomposição total do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária "PEA" (Fase com conclusão prevista para 1º de maio de 2026);
- Fase II - Cumprimento integral das obrigações estabelecidas no PEA, incluindo ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos de acordo com as Especificações mínimas de infraestrutura aeroportuária e o nível de serviço requerido, conforme contrato de concessão (fase com início após a fase I-B e vigente durante todo o tempo restante de concessão).

### Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado uma única vez por até 5 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

### Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do Bloco de Aviação Geral, englobando os Aeroportos Campo de Marte e Jacarepaguá, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 141.400.000, sendo o saldo corrigido desde agosto de 2022, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei no 13.499/2017 e da Portaria no 135/ MTPA, o montante, em valores reais, passa a ser R\$ 145.980.000 decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual, em reais, a partir do quinto ano-calendário completo de concessão, resultante da aplicação de uma alíquota sobre a totalidade da receita bruta anual. A alíquota será implementada conforme o quadro a seguir.

<b>Período</b>	<b>Alíquota</b>
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo	Zero
Quinto ano	3,05%
Sexto ano	6,10%
Sétimo ano	9,15%
Oitavo ano	12,20%
A partir do novo ano até o final da concessão	15,25%

#### Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

#### Direitos e deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação cumprir e fazer cumprir integralmente o Contrato de Concessão, atendendo às exigências e dar o devido tratamento às recomendações ou observações feitas pela ANAC, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

#### Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, serão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

#### Remuneração da concessionária

- Receitas tarifárias: são constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.
- Receitas não tarifárias: são constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

#### Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

#### Utilização do complexo aeroportuário - disposições gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

## 2. Base de preparação

### a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC Full), em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da companhia na sua gestão.

As presentes demonstrações contábeis foram apresentadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária em reunião realizada no dia 27 de fevereiro de 2026.

### b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, sendo está a moeda funcional e de apresentação da companhia. As transações em moedas estrangeiras são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes. As variações cambiais sobre esses itens são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem.

c. Continuidade

A Administração considera que a PRS Aeroportos S.A possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a PRS Aeroportos S.A exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5: Contas a receber de clientes;
- Nota Explicativa nº 8: Outros créditos.
- Nota Explicativa nº 11: Ativo intangível.

e. Características qualitativas das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância do regime de competência, observando a relevância, materialidade, representação fidedigna, comparabilidade, verificabilidade, tempestividade, compreensibilidade, conforme determina a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, Resolução CFC n.º 1.374/2011, exceto a Demonstração dos Fluxos de Caixa que está de acordo com a Resolução CFC nº 1.296/2010, NBC TG 03.

3. Políticas contábeis materiais

a) Contrato de concessão - ICPC 01 (R1)

A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A Companhia avaliou os critérios de reconhecimento previstos na ICPC 01 (R1) e concluiu que não detém direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente. Dessa forma, não é reconhecido ativo financeiro de concessão; a Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito de cobrar dos usuários pelos serviços públicos prestados, nos termos da ICPC 01 (R1) (itens 15 a 18).

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

c) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é inferior a 12 meses as contas a receber são classificadas no ativo circulante, e caso o prazo de recebimento seja superior a 12 meses então as contas a receber serão classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo, que coincide com os valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte.

d) Impostos a recuperar

Impostos a recuperar correspondem a valores de crédito superiores a débitos tributários e que serão usados como compensação ao pagamento de próximos impostos.

Se o prazo de utilização estimado desses impostos é inferior a 12 meses, são classificados no ativo circulante, e caso o prazo de utilização estimado seja superior a 12 meses então são classificados no ativo não circulante.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado da PRS Aeroportos S.A está mensurado ao custo amortizado, menos encargos de depreciação, nos moldes determinados pela legislação em regência. Os custos de aquisição incluem os encargos financeiros imputados durante o período de construção, mais despesas relacionadas a aquisição para colocar os ativos em condições pretendidas de uso.

Os bens são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados.

f) Intangível

Refere-se ao direito de operar o aeroporto durante o período de concessão. Esse direito é um ativo intangível identificável com vida útil definida e controlado pela Companhia, que surge do contrato de concessão celebrado com o governo conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada. No caso da concessão de aeroportos, o ativo intangível da concessão é amortizado ao longo do período de concessão, que é o período em que a Companhia tem o direito de operar o aeroporto. A amortização é calculada utilizando um método sistemático e racional ao longo do período de concessão, refletindo o consumo dos benefícios econômicos do ativo intangível ao longo do tempo. e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível seja por venda ou por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos para os exercícios de 2025 e 2024.

h) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado, conforme CPC 48.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há instrumentos financeiros derivativos.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a PRS Aeroportos S.A tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, quando tomados, após o seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

k) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes foram reconhecidos à medida que existia probabilidade de benefício econômico futuro para a PRS Aeroportos S.A e que seu custo ou valor pudesse ser medido em bases confiáveis. Como base de mensuração dos ativos foram aplicados o custo histórico, custo histórico amortizado e o valor justo.

Foram considerados como ativo circulante todos os ativos que se espera realizar, vender ou consumir durante o ciclo operacional normal da PRS Aeroportos S.A; quando o ativo for mantido essencialmente com a finalidade de negociação; espera realizá-lo no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou o ativo for caixa ou equivalente de caixa. Todos os demais ativos foram classificados como não circulantes.

ii. Demais passivos circulantes e não circulantes

O reconhecimento dos passivos circulantes e não circulantes foi realizado à medida que existia probabilidade de redução de benefício econômico futuro e que o valor pudesse ser estimado de maneira confiável. Foram classificados como passivo circulante aqueles que a PRS Aeroportos S.A espera liquidar durante o ciclo operacional normal; o passivo for mantido essencialmente para a finalidade de negociação; o passivo for exigível no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou a PRS Aeroportos S.A não tiver direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data de divulgação. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo e o risco de cada transação. A contrapartida dos Ajustes a Valor Presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados sobre o resultado dos atos não cooperativos com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social.

m) Reconhecimento de receita

i. Receita tarifaria

Receitas tarifárias são os valores cobrados para a utilização das instalações e serviços do aeroporto por companhias aéreas, passageiros e operadores de aeronaves. Essas receitas são essenciais para a operação, manutenção e desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária.

As tarifas podem ser divididas em várias categorias:

1. Tarifa de Pouso: remunera a pista de pouso, cobradas dos operadores aeronáuticos e companhias aéreas pelo uso da pista para pouso;
2. Tarifa de Permanência: remunera a pista de taxi e as áreas de permanência, cobradas pela utilização do espaço no aeroporto para estacionar aeronaves;
3. Tarifa de Embarque: remunera o terminal de passageiros, abrangendo o embarque, desembarque, orientação, conforto e segurança, e são arrecadadas pelas empresas aéreas, recolhidas posteriormente pelo operador do aeródromo.

Também há outras tarifas que podem ser cobradas na operação aeroportuária, como de conexão, armazenagem e capatazia, mas não houve cobrança dessas tarifas durante o exercício social de 2025.

ii. Receita não tarifaria

Receitas não tarifárias referem-se a todas as receitas geradas que não estão diretamente relacionadas às tarifas de serviços aeroportuários cobradas dos passageiros, companhias aéreas ou operadores de aeronaves. Essas receitas podem incluir, mas não se limitam a:

1. Receitas de cessão de espaço comercial dentro do aeroporto, como lojas, restaurantes, quiosques, aluguel de carros, hangares, entre outros;
2. Receitas de publicidade e patrocínio dentro do aeroporto, como anúncios em painéis, displays digitais ou outras áreas comerciais;

3. Receitas de estacionamento, tanto de passageiros quanto de funcionários e prestadores de serviços; e
4. Receitas de serviços adicionais oferecidos pelo aeroporto, como serviços de bagagem, inspeção, serviços de transporte terrestre, entre outros.

iii. Receita financeira

A PRS Aeroportos S.A reconhece a receita financeira com base no método da taxa de juros efetiva pelo regime de competência.

- n) Custo dos serviços prestados, despesas gerais e outras despesas e receitas

São registrados pelo regime de competência.

- o) Adoção inicial de novas normas e alterações

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

- a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo. No entanto, a classificação de certos empréstimos contraídos mudou de não circulante para circulante como resultado da aplicação das emendas para o exercício atual, bem como para o período comparativo.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Entidade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais:

- a Entidade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- a Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

#### Impactos da reforma tributária

##### Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

#### Principais Substitutos e Mudanças

- Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- Imposto sobre Bens e Serviços (IBS): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,

- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

#### Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;

#### Avaliação de impacto - Opção I

A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº5 sobre PECLD de contas a receber, nº7 tributos a recuperar, nº10 vida útil do ativo imobilizado.

A Entidade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Entidade mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Entidade reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

A Entidade não tem IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

A Entidade não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Caixa e bancos	156	295
Aplicações financeiras (i)	98.874	20.811
<b>Total</b>	<b>99.029</b>	<b>21.106</b>

(i) Além das aplicações automáticas em 2025 a companhia efetuou aplicações nos fundos Itaú RF DI Grau com rendimento de 101% do CDI a.a. E no fundo XP Investimentos com rendimento de 99,38% do CDI a.a.

A PRS Aeroportos S.A adota como política de composição de caixa a manutenção dos recursos disponíveis suficientes para a liquidação de compromissos semanais, permanecendo o excedente mantido em aplicações de alta liquidez, podendo ter sua conversão, a qualquer momento, em caixa.

5. Contas a receber

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Contas a receber	16.984	28.540
(-) PCLD	(2.158)	(954)
<b>Total</b>	<b>14.825</b>	<b>27.586</b>

<b>Vencimentos</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
A vencer	12.950	16.181
Vencidos em até 30 dias	434	2.777
Vencidos entre 31 e 90 dias	170	2.367
Vencidos acima de 91 dias	3.430	7.215
<b>Total</b>	<b>16.984</b>	<b>28.540</b>

A seguir, está demonstrada a movimentação da PECLD:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Saldos Iniciais</b>	(954)	-
(-)Adições do exercício	(26.919)	(954)
(+) Reversões do período	25.714	-
<b>Saldos Finais</b>	<b>(2.159)</b>	<b>(954)</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

6. Despesas antecipadas

<b>Seguros</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Danos materiais	-	21
Responsabilidade civil geral (i)	81	472
Executante concessionário (ii)	332	415
Seguro garantia	299	-
D&O	25	33
<b>Total de Seguros</b>	<b>738</b>	<b>941</b>
<b>Outras despesas pagas antecipadamente</b>	<b>43</b>	<b>191</b>
<b>Circulante</b>	<b>620</b>	<b>848</b>
<b>Não circulante</b>	<b>161</b>	<b>284</b>

- (i) Os contratos de seguro de Responsabilidade Civil Geral são essenciais para proteger a empresa contra danos materiais e ações emergenciais relacionados a terceiros. Foram firmadas apólices de seguro com as empresas Starr (Responsabilidade Civil de Hangar) com limite máximo de U\$ 50.000.000 e AIG (Responsabilidade Civil Geral), com limite máximo de R\$ 60.000.000
- (ii) Pelo contrato de concessão, há o dever de manter em vigor a Garantia de Execução Contratual durante toda a vigência do contrato e 24 meses após o término. Essa condicionante tem o papel de garantir o fiel cumprimento das obrigações do contrato pela concessionária e poderá ser executada pelo poder concedente, ANAC, nas hipóteses previstas na subseção 9 do capítulo 3 do contrato. Podendo ser feito sob as modalidades de caução, seguro-garantia ou fiança bancária, a PRS Aeroportos optou pelo seguro-garantia, contratando a seguradora Pottencial com vigência de 5 anos.

7. Impostos a recuperar

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
IR a recuperar	207	1.161
CS a recuperar	75	412
IRRF sobre Aplicacoes Financeiras	-	98
IRRF retido sobre faturamento Orgaos Publicos	-	164
<b>Total</b>	<b>282</b>	<b>1.835</b>

- (i) Foi realizado a compensação dos impostos a recuperar dentro do ano vigente (IRPJ e CSLL através de PER/DCOMP) e IR retidos através das apurações trimestrais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

8. Outros créditos

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Adiantamentos a fornecedores	204	101
Adiantamentos de pessoal	24	20
Valores a recuperar de Fornecedores	-	14
Valores a recuperar rateio de utilidades (i)	706	456
Bloqueio Bancario - Deposito Judicial	-	96
<b>Total</b>	<b>934</b>	<b>687</b>

(i) Valores estimados para cobrança do rateio de utilidades aos cessionários.

9. Partes relacionadas

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Pax Investimentos em Aeroportos S.A	-	301
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>301</b>

PRS AEROPORTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

10. Imobilizado

a) Composição

	Taxa Anual Depreciação	12/2025			2024		
		Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Total	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Total
Moveis e utensilios	10%	340	(45)	295	304	(14)	290
Equipamentos de Informatica	20%	1.125	(289)	836	537	(102)	435
Maquinas e equipamentos	10%	1.311	(132)	1.178	750	(14)	736
Veiculos de inspeção	20%	862	(288)	574	862	(117)	745
		<b>3.638</b>	<b>(754)</b>	<b>2.884</b>	<b>2.453</b>	<b>(247)</b>	<b>2.206</b>

b) Movimentação

	Moveis e utensilios	Equipamentos de Informatica	Maquinas e equipamentos	Veiculos de inspeção	Total
Saldo liquido em 31 de dezembro de 2024	290	435	736	745	2.206
Adições	33	588	561	-	1.182
Transferências	4	-	-	-	4
Depreciação	(31)	(186)	(118)	(172)	(508)
Saldo liquido em 31 de dezembro de 2025	<b>295</b>	<b>837</b>	<b>1.179</b>	<b>573</b>	<b>2.883</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

11. Intangível

a) Composição

	12/2025			2024		
	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Total	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Total
Direito de uso de infraestrutura concedida (i)	274.811	(14.070)	260.741	272.975	(6.122)	266.853
Benfeitorias no direito de concessão	3.207	(130)	3.077	3.207	(12)	3.195
Gerenciamento e Projetos (ii)	19.607	(677)	18.930	14.743	(50)	14.693
Obras em andamento	168.006	-	168.006	1.095	-	1.095
	<b>465.631</b>	<b>(14.878)</b>	<b>450.754</b>	<b>292.020</b>	<b>(6.184)</b>	<b>285.836</b>

b) Movimentação

	Direito de uso de infraestrutura concedida	Benfeitorias no direito de concessão	Gerenciamento e Projetos	Obras em andamento	Total
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024</b>	266.853	3.195	14.693	1.095	285.836
Adições	-	126	53.930	117.724	171.780
Transferências	-	(126)	(49.066)	49.188	(4)
Amortização	(6.112)	(119)	(627)	-	(6.858)
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>260.741</b>	<b>3.076</b>	<b>18.930</b>	<b>168.007</b>	<b>450.754</b>

- (i) A taxa de amortização da concessão é calculada conforme as diretrizes do ICPC 01/IFRIC 12, utilizando o método da curva de demanda. A companhia adotou como base a estimativa da Movimentação de Tráfego Aéreo (MTA), desenvolvida a partir de estudos realizados desde o início da concessão. Para mitigar possíveis desvios, a companhia monitora continuamente a diferença entre os valores estimados e os realizados.
- (ii) A taxa de amortização de outros intangíveis também segue as diretrizes do ICPC 01/IFRIC 12, entretanto, utilizando o método de amortização linear ao longo da vida útil estimada. Baseando-se no contrato de concessão da companhia, a vida útil estimada para base de cálculo das amortizações é de 30 anos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

12. Fornecedores

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Fornecedores nacionais	4.861	1.742
<b>Total</b>	<b>4.861</b>	<b>1.742</b>

Abertura por vencimento:

<b>Faixa</b>	<b>12/2025</b>	<b>12/2024</b>
À vencer	4.817	1.706
Vencidos até 120 dias	44	36
<b>Total</b>	<b>4.861</b>	<b>1.742</b>

13. Obrigações trabalhistas

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Participação nos lucros e resultados - PLR	2.183	1.757
Provisão de Férias	1.210	1.017
IRRF de empregados	169	141
INSS sobre folha de pagamento	221	189
FGTS a recolher	87	62
Provisão para 13 salário	-	-
Encargos 13 salário	-	-
<b>Total</b>	<b>3.869</b>	<b>3.166</b>

14. Obrigações tributárias

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
IRPJ a recolher	3.247	4.484
CSLL a recolher	1.711	1.534
PIS a recolher	195	418
COFINS a recolher	909	1.928
ISS s/ faturamento	196	267
INSS retido a recolher	90	103
CSRF retido a recolher	163	97
ISSQN retido a recolher	466	29
IRRF retido a recolher	32	21
<b>Total</b>	<b>7.008</b>	<b>8.881</b>

(i) Em 2025, a Companhia apurou Lucro Real em bases trimestrais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

15. Debêntures

Em 31/12/2025, o saldo contábil das debêntures encontra-se devidamente conciliado com a planilha 'Instrumentos financeiros' e reflete atualização monetária (IPCA), juros efetivos (EIR) e custos de transação.

As debêntures são mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva (EIR), conforme CPC 48, considerando o reconhecimento inicial pelo valor justo líquido dos custos de transação e apropriação financeira ao longo da vigência do instrumento.

Os custos de transação incorridos na captação foram registrados como redutor do passivo financeiro e apropriados ao resultado por meio da taxa efetiva de juros ao longo do prazo contratual.

As debêntures contam com garantia real representada por cessão fiduciária de recebíveis oriundos do contrato de concessão e conta vinculada, conforme previsto na Escritura de Emissão (Cláusula 4.23).

A emissão está enquadrada como debênture incentivada nos termos da Lei nº 12.431/2011, vinculada a projeto prioritário reconhecido pelo Ministério competente, conforme descrito na Escritura de Emissão.

A Companhia está sujeita ao covenant financeiro Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), cuja apuração anual ocorrerá a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2026, conforme fórmula definida no Anexo I da Escritura de Emissão.

A Companhia apresenta análise de sensibilidade às variações razoavelmente possíveis do IPCA, principal indexador da dívida, conforme requerido pelas práticas de divulgação de risco de mercado (IFRS 7 / CPC 40).

a) Saldos

Contrato	Companhia	captação	início	Encargos	Final	Finalidade	Garantia	31/12/2025	31/12/2024
1º emissão de debentures	PRS Aeroportos	170.000	15/2/2025	IPCA+juros	15/2/2040	Invest. Infra.	-	171.893	-
								<u>171.893</u>	<u>-</u>

b) Movimentação

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	-	-
Captação - Emissão de notas comerciais	170.000	-
Captação - Custos para emissão	(15.581)	-
Pagamento principal	-	-
Capitalização de juros	17.474	-
Juros pagos	-	-
Juros e variações monetárias e cambiais	-	-
Aplicação financeira vinculada	-	-
<b>Saldo final</b>	<u>171.893</u>	<u>-</u>

Primeira emissão de debêntures da companhia com data de emissão em 15 de fevereiro de 2025 e liquidação em 07 de março de 2025 no valor total de captação de R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões) na Controlada. O prazo de vencimento da emissão é de 15 anos, pagamento de juros e amortização do principal serão realizados semestralmente, sempre nos meses de fevereiro e agosto, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de fevereiro de 2027. A remuneração está atrelada à variação acumulada do IPCA, base 252 dias úteis, acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 8,6141% ao ano, também na base 252 dias úteis.

Foram emitidas 170.000 Debêntures simples com garantia real e valor nominal unitário de R\$1.000,00. Esse financiamento tem como finalidade executar as obrigações de investimentos previstos no Contrato de Concessão, compostas de investimentos na adequação e melhorias na infraestrutura aeroportuária de ambos os aeroportos.

A debênture possui covenant financeiro de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de no mínimo 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), mas que só será apurado a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026.

## 16. Patrimônio Líquido

### a. Capital social

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Capital social	291.300	283.300
	<u>291.300</u>	<u>283.300</u>

A empresa PRS Aeroportos S.A. recebeu aportes da PAX Aeroportos S.A. nas datas:

- Primeiro aporte dia 29 de novembro de 2022: R\$ 5.001;
- Segundo aporte dia 13 de fevereiro de 2023: R\$ 129.300;
- Terceiro aporte dia 28 de fevereiro de 2023: R\$ 149.000;
- Quarto aporte dia 18 de dezembro de 2025: R\$ 8.000.

A PRS Aeroportos S.A. possui capital a integralizar de R\$ 63.100 que deverá ser integralizado em moeda corrente nacional até abril de 2026.

Todos os eventos acima estão contabilizados devidamente como "Capital social" nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

b. Reserva legal

De acordo com o estatuto social da Companhia 5% do lucro líquido apurado será destinado para a constituição de reserva legal, até que se atinja o valor correspondente a 20% do capital social, a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Constituição de reserva legal	4.522	1.667
	<b>4.522</b>	<b>1.667</b>

c) Reserva de dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, após constituição da reserva legal, 25% do lucro líquido será destinado aos acionistas a título de dividendo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor sobre o capital próprio. Ao final de 2025, baseado no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia possui provisionado no balanço patrimonial o montante de R\$22.577, compondo (i) R\$ 11.709 (refere-se ao dividendo do exercício corrente) e (ii) R\$ 10.868 (saldo remanescente do exercício anterior).

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	22.577	10.868
	<b>22.577</b>	<b>10.868</b>

(i) Dividendo do exercício corrente;

(ii) Dividendo remanescente do exercício anterior.

17. Receita operacional líquida

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Receitas de tarifas aeroportuárias	44.151	31.149
Receitas de tarifas não aeroportuárias	96.014	90.763
Outras receitas operacionais	2.106	-
(-) Desconto comercial concedido (i)	(54)	(82)
(-) Impostos s/ receitas aeroportuárias	(6.368)	(4.531)
(-) Impostos s/ receitas não aeroportuárias	(8.969)	(8.731)
(-) Impostos s/ outras receitas operacionais	(312)	-
Outras receitas não operacionais	45	1.259
<b>Total</b>	<b>126.613</b>	<b>109.827</b>

(i) Desconto concedido por meio do incentivo de voos da Azul Conecta.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

18. Custos de serviços e despesas gerais e administrativas

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Custo com pessoal	(7.212)	(6.081)
Custo dos prestadores de serviços	(12.933)	(15.279)
Serviços de terceiros - PJ estrangeiro	-	(20)
Custos gerais	(2.198)	(2.599)
Custos contratuais	(873)	(967)
Custos de depreciação e amortização	(6.858)	(6.185)
Custos de materiais aplicados	(813)	(723)
Custo com tecnologia	(710)	(520)
Custo de alugueis	(101)	(140)
Outros custos gerais	(224)	(82)
Despesas com pessoal	(8.956)	(7.296)
Despesas dos prestadores de serviços	(4.117)	(4.451)
Depreciação	(508)	(216)
Despesas diversas	(577)	(436)
Despesas com manutenção em geral	(1.176)	(755)
Despesas com aluguel em geral	(98)	(372)
Despesas indedutíveis	(170)	(99)
Gastos gerais	(6.844)	(1.946)
<b>Total</b>	<b>(54.369)</b>	<b>(48.167)</b>
Custo dos serviços prestados	(31.922)	(32.596)
Despesas gerais e administrativas	(22.447)	(15.571)
<b>Total</b>	<b>(54.369)</b>	<b>(48.167)</b>

19. Resultado financeiro

<b>Receita financeira</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Rendimento sobre aplicacoes financeiras	16.909	745
Variacoes monetarias	346	-
Juros ativos	325	307
( - ) Impostos s/ receitas financeiras	(817)	(49)
<b>Total</b>	<b>16.764</b>	<b>1.003</b>
<b>Despesa financeira</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Despesas bancarias	(47)	(88)
Juros sobre debentures	(17.474)	-
Juros passivos	(4)	(537)
Multas passivas	(423)	(215)
(-) Descontos obtidos	-	6
IOF	(167)	(26)
Despesa com emissao de titulos	(965)	-
Multas sobre obrigacoes fiscais	-	(987)
Descontos concedidos	(3)	(11)
<b>Total</b>	<b>(19.082)</b>	<b>(1.858)</b>
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>(2.318)</b>	<b>(855)</b>

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado antes do IRPJ/CSLL	69.926	60.805
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
<b>Expectativa de IRPJ e CSLL</b>	<u>23.775</u>	<u>20.674</u>
Equivalência patrimonial	-	-
Demais adições e exclusões, líquidas	1.933	284
Créditos tributários (i)	(1.310)	(1.220)
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<u>24.398</u>	<u>19.738</u>
<b>Alíquota efetiva</b>	-35%	-32%

21. Provisões para Contingências

A PRS Aeroportos S.A, no curso normal de sua atividade, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, os valores são provisionados. Em 31 de dezembro de 2025 a PRS Aeroportos S.A não possuía nenhum valor a ser provisionado com essa rubrica, em conformidade com o parecer formalizado por sua área jurídica.

22. Pessoal-chave

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram identificadas transações entre partes relacionadas além da remuneração do pessoal-chave da Administração, remunerações essas registradas no grupo de despesas com pessoal totalizando R\$ 3.193.522,02.

A PRS Aeroportos S.A não possui outro tipo de remuneração tais como benefícios pós-emprego ou outros benefícios de longo prazo.

O pessoal chave compreende a Diretoria executiva, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto Social da PRS Aeroportos S.A. Os diretores executivos são os representantes legais, responsáveis tanto pela administração no aspecto operacional, quanto pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição nos moldes da Lei nº 5.764/71.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

23. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil			Valor justo			
	Designado ao valor justo	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Em 31/12/2025</b>							
<b>Ativos financeiros</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	99.029	-	99.029	99.029	-	-	99.029
<b>Total</b>	<b>99.029</b>	<b>-</b>	<b>99.029</b>	<b>99.029</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>99.029</b>
<b>Em 31/12/2024</b>							
<b>Ativos financeiros</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	21.106	-	21.106	21.106	-	-	21.106
<b>Total</b>	<b>21.106</b>	<b>-</b>	<b>21.106</b>	<b>21.106</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.106</b>

Valor justo x valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer perda caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

e. Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi 99.029 (R\$ milhões) relativo ao saldo de caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4).

f. Risco de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da PRS Aeroportos S.A cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e, principalmente seus fluxos de caixa.

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros.

Cronograma de amortização da dívida

	<b>Valor contábil (consolidado)</b>	<b>180 meses</b>
Debêntures	<u>171.893</u>	<u>171.893</u>

g. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

h. Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A Companhia possui contabilizado dentro da rubrica de caixa e equivalentes de caixa 3.473 (R\$ milhões) de aplicação financeira indexada à taxa pós fixada, substancialmente CDI, e não considerada risco de mercado para essa operação. Além disso possui aplicação em fundos de 95.400 (R\$ milhões), classificado em baixo risco.

i. Derivativos

Na data do balanço não existiam quaisquer operações em aberto envolvendo o mercado de derivativos com objetivo de cobertura de riscos ou que pudesse oferecer riscos de qualquer natureza.

j. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

No quadro a seguir foi considerado diferentes cenários dos indexadores utilizados pela Empresa, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e para a debênture. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

A Administração entende que a estrutura de caixa e aplicações financeiras, somada ao perfil de amortização da dívida, é suficiente para suportar as obrigações no curto, médio e longo prazo.

A classificação por faixas de vencimento foi elaborada com base no cronograma contratual das debêntures e nas obrigações registradas no passivo circulante e não circulante do Balanço Patrimonial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo contábil das debêntures encontra-se devidamente conciliado com a planilha 'Instrumentos financeiros' e reflete atualização monetária (IPCA), juros efetivos (EIR) e custos de transação.

Instrumento financeiro	Risco	Posição em 31/12/2025	Juros a Incorrer		
			Cenário 1 Provável	Cenário 2 25%	Cenário 3 50%
Aplicações financeiras (i)	Selic	98.874	14.831	12.606	11.618
Debêntures (ii)	IPCA	(171.893)	(25.907)	(25.660)	(23.852)
			<u>(11.075)</u>	<u>(13.054)</u>	<u>(12.234)</u>

As taxas consideradas (projetadas para os próximos 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Selic	15,00%	12,75%	11,75%
IPCA	5,17%	4,17%	3,17%

- (i) Aplicações financeiras rendendo à taxa média de 99,38% do CDI;
- (ii) Debênture captada no valor de R\$ 170.000, atrelada à variação acumulada do IPCA + spread de 8,6% a.a., com juros acumulados reconhecidos até 31/12/2025 de R\$ 17.474 e previsão de juros a incorrer até o vencimento de R\$ 296.658.

A análise acima visa mensurar a sensibilidade a alterações razoavelmente possíveis dos indexadores, conforme práticas de divulgação de risco de mercado (IFRS 7/CPC 40).

#### 24. Transações sem efeito caixa

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16 (c), ao final de 2025, baseado no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia provisionou R\$ 11.709 a título de dividendos a pagar. Essa transação não afetou caixa e foi excluída das demonstrações dos fluxos de caixa.

#### 25. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia não identificou qualquer evento ou transação subsequente à data base 31 de dezembro de 2025 que requer divulgação adicional nas demonstrações contábeis.